

ANDRADE GUTIERREZ CONCESSÕES S.A.

1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 1ª Emissão de Debêntures da ANDRADE GUTIERREZ CONCESSÕES S.A. (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: ANDRADE GUTIERREZ CONCESSÕES S.A.
- CNPJ/MF: 03.601.314/0001-38
- Diretor de Relações com Investidores: Sr. Renato Torres de Faria
- Atividades: (i) a exploração, operação e/ou realização de investimentos em tais empreendimentos ou em outros que com eles se relacionem direta ou indiretamente; (ii) a participação em outras sociedades cujas atividades se relacionem com empreendimentos semelhantes àqueles acima mencionados; (iii) a prestação de serviços de assessoria técnica, consultoria, gerenciamento e outros conexos no campo de atuação a que se refere o presente item; e, (iv) o exercício de quaisquer outras atividades correlatas ao objeto social.

Características da Emissão

- Emissão: 1ª
- Séries: Única
- Data de Emissão: 02/05/2013
- Data de Vencimento: 02/05/2020
- Banco Escriturador/ Mandatário: Itaú Corretora de Valores S.A.
- Código Cetip/ISIN: ANDG11/ BRANDGDBS001
- Coordenador Líder: BB - Banco de Investimento S.A.
- Destinação dos Recursos: Os recursos captados por meio desta Emissão serão integralmente utilizados, dentro da gestão ordinária de seus negócios, ao alongamento do perfil da dívida e de outros fins corporativos.
- Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/ 83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. Alterações Estatutárias: (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve alterações estatutárias no período.

3. Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa: (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- A Empresa

- Atividade Principal: 64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras;
- Situação da Empresa: ativa;
- Natureza do Controle Acionário: privado;
- Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- Situação Financeira

- Liquidez Geral: de 1,10 em 2015 para 0,58 em 2016;
- Liquidez Corrente: de 1,65 em 2015 para 1,04 em 2016;
- Liquidez Seca: de 1,65 em 2015 para 1,04 em 2016;
- Giro do Ativo: de 0,02 em 2015 para 0,04 em 2016.

- Estrutura de Capitais

A Companhia apresentou uma redução nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 35,0% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido apresentou aumento de 6,2% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio

Líquido apresentou aumento de 16,8% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Exigível a Longo Prazo redução de 6,8% de 2015 para 2016 e uma variação positiva no índice de endividamento de 4,7% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 10.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
- REMUNERAÇÃO: 111% do DI
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

Juros:

02/05/2016 – R\$ 742,52970000

03/11/2016 – R\$ 778,95120000

- POSIÇÃO DO ATIVO:

Quantidade em circulação: 25.400

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 25.400

5. **Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora:** (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
- Amortização: não houve;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;
- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;

- Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.
6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures, a observar, entre outras obrigações, o índice financeiro previsto no item 7.1, alínea “(y)” da Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures: (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, sem garantias.

11. Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período: (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- (i) Denominação da companhia ofertante: **ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPAÇÕES S.A.**
 - Emissão: 2ª.

- Valor da emissão: R\$ 639.450.000.00;
- Quantidade de debêntures emitidas: (i) 1ª. Série: 8.294; (ii) 2ª. Série: 7.845; e (iii) 3ª. Série: 47.806;
- Espécie: quirografária com garantia fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures: (i) 1ª. Série: 15/06/2017; (ii) 2ª. Série: 15/06/2019; e (iii) 3ª. Série: 15/06/2022;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores*: (i) Fiança prestada por Andrade Gutierrez S.A. e pela Andrade Gutierrez Concessões S.A.;

*Redação em conformidade com o 4º Aditamento à Escritura de Emissão.

- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

→ 1ª Série:

Amortização:

30/05/2016 – R\$ 500,000000

15/06/2016 – R\$ 5.000,000000

17/10/2016 – R\$ 911,490000

Amortização Extraordinária:

14/07/2016 – R\$ 398,256181

Juros:

15/06/2016 – R\$ 746,703983

14/07/2016 – R\$ 60,688543

15/12/2016 – R\$ 261,351857

Prêmio:

10/05/2016 – R\$ 52,872151

→ 2ª Série:

Amortização:

30/05/2016 – R\$ 500,000000

17/10/2016 – R\$ 911,570000

Amortização Extraordinária:

14/07/2016 – R\$ 840,062098

Juros:

15/06/2016 – R\$ 757,314463

14/07/2016 – R\$ 128,899638

15/12/2016 – R\$ 581,830348

Prêmio:

10/05/2016 – R\$ 52,918872

→ 3ª Série:

Amortização:

30/05/2016 – R\$ 668,281260

17/10/2016 – R\$ 1.234,738397

Amortização Extraordinária:

14/07/2016 – R\$ 1.198,565503

Juros:

15/06/2016 – R\$ 877,224502

14/07/2016 – R\$ 100,156987

Prêmio:

10/05/2016 – R\$ 70,241858

(ii) Denominação da companhia ofertante: **CCR S.A.**

- Emissão: 6ª.
- Valor da emissão: R\$ 520.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 52.000;
- Espécie: quirografária;
- Prazo de vencimento das debêntures: 25/04/2016;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Amortização:

25/04/2016 – R\$ 10.000,00000000 (vencimento)

Juros:

25/04/2016 – R\$ 701,04989999

(iii) Denominação da companhia ofertante: **CCR S.A.**

- Emissão: 7ª.
- Valor da emissão: R\$ 200.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: (i) 1ª. série: 10.000; e (ii) 2ª. série: 10.000;
- Espécie: quirografária;

- Prazo de vencimento das debêntures: (i) 1ª. série: 15/10/2015; e (ii) 2ª. série: 15/10/2016;
 - Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
 - Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:
 - (i) Pagamentos:
 - 1ª Série: vencimento em 15/10/2015
 - 2ª Série:
 - Amortização:
15/10/2016 – R\$ 10.000,00000000 (vencimento)
 - Juros:
15/04/2016 – R\$ 727,25799999
15/10/2016 – R\$ 739,06080000
- (iv) Denominação da companhia ofertante: **CCR S.A.**
- Emissão: 9ª.
 - Valor da emissão: R\$ 1.250.000.000,00;
 - Quantidade de debêntures emitidas: 125.000;
 - Espécie: quirografia;
 - Prazo de vencimento das debêntures: 29/01/2019;
 - Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
 - Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture: não houve.
- (v) Denominação da companhia ofertante: **ANDRADE GUTIERREZ S.A.**
- Emissão: 4ª.
 - Valor da emissão: R\$ 600.000.000,00;
 - Quantidade de debêntures emitidas: 600.000;
 - Espécie: quirografia;
 - Prazo de vencimento das debêntures: 19/11/2017;
 - Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
 - Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Juros:

19/05/2016 – R\$ 78,13566000

21/11/2016 – R\$ 85,86087000

(ii) Inadimplemento: a) não envio das Demonstrações Financeiras auditadas do exercício social encerrado em 31/12/2016 e dos índices financeiros, conforme previsto na respectiva Escritura de Emissão.

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente**

fiduciário: (Artigo 12, alínea I, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	8	247.446	321.948	294.294	326.399
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	463.745
Contas a receber		8.612	-	8.612	-
Tributos a recuperar	9	13.693	14.040	17.698	18.699
Adiantamentos		1.000	1.000	1.000	1.000
Dividendos/JCP a receber	10	7.989	19.189	36.950	125.358
Instrumentos financeiros	19	-	9.952	-	9.952
Outros créditos		301	964	301	964
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		279.041	367.093	358.855	946.117
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:					
Impostos diferidos		107	107	107	107
Partes relacionadas - AFAC	10	2.465	2.465	-	-
Partes relacionadas - Consórcio	10	-	7.242	-	7.242
Outros créditos		228	448	228	450
Total do realizável a longo prazo		2.800	10.262	335	7.799
Investimentos	11	2.234.100	2.867.865	2.164.753	2.763.414
Imobilizado		145	25.103	145	25.103
Intangível		32.760	17.619	32.760	17.621
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.269.805	2.920.849	2.197.993	2.813.937
TOTAL DO ATIVO		2.548.846	3.287.942	2.556.848	3.760.054

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE					
Fornecedores		5.579	4.623	5.579	4.623
Empréstimos e financiamentos	12	75.449	64.734	75.449	64.734
Debêntures e notas promissórias	13	5.831	6.140	11.476	469.885
Instrumentos financeiros	19	13.582	-	13.582	-
Partes relacionadas	10	454	10.238	454	10.238
Salários e obrigações sociais		4.081	2.002	4.081	2.033
Impostos e contribuições a recolher		1.205	1.269	3.562	9.605
Dividendos à pagar	10	217.000	-	217.000	-
Outras obrigações		12.916	13.475	12.916	13.475
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		336.097	102.481	344.099	574.593
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	12	20.000	40.000	20.000	40.000
Debêntures e notas promissórias	13	254.000	254.000	254.000	254.000
Outras obrigações		298	204	298	204
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		274.298	294.204	274.298	294.204
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	15	1.530.000	1.530.000	1.530.000	1.530.000
Ajuste de avaliação patrimonial		(32.955)	12.723	(32.955)	12.723
Ajuste acumulado de conversão		48.951	118.318	48.951	118.318
Lucros ou Prejuízos Acumulados		-	-	-	-
Reservas de lucros		392.455	1.230.216	392.455	1.230.216
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES		1.938.451	2.891.257	1.938.451	2.891.257
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.548.846	3.287.942	2.556.848	3.760.054

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 2

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	97.012	89.797	97.012	89.797
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	17	(65.116)	(54.100)	(65.116)	(54.100)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		31.896	35.697	31.896	35.697
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:					
Gerais e administrativas		(45.279)	(36.883)	(45.810)	(39.338)
Resultado da equivalência patrimonial	11	145.748	193.350	353.110	515.498
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	11	3.247	-	(201.288)	-
		103.716	156.467	106.012	476.160
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		135.612	192.164	137.908	511.857
Receitas financeiras	18	39.701	61.799	37.405	59.188
Despesas financeiras	18	(88.429)	(79.221)	(88.429)	(396.303)
		(48.728)	(17.422)	(51.024)	(337.115)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DA PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		86.884	174.742	86.884	174.742
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:					
Corrente		-	-	-	-
Diferido		-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		86.884	174.742	86.884	174.742
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - Básico		0,78	1,57	0,78	1,57
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - Diluído		0,78	1,57	0,78	1,57

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da
Andrade Gutierrez Concessões S.A.
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Andrade Gutierrez Concessões S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Andrade Gutierrez Concessões S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Renovação de contratos de concessão de investida indireta

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 11 e nº 22 que descrevem que a investida indireta da Companhia, Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG está discutindo judicialmente o direito de renovação dos contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda vencidos em agosto de 2013, janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente. No estágio atual das discussões, não é possível determinar qual será o desfecho desse assunto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável dos investimentos em coligadas – Controladora e Consolidado

A Companhia possui investimentos em ações de companhias de capital aberto e fechado, nas quais possui influência significativa, e, que compõem parte relevante de seu portfólio de investimentos, assim como, contribuem de forma relevante para os resultados auferidos ao longo do exercício. Esses investimentos são classificados na rubrica contábil de “investimentos” e são registrados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), incluindo ágio.

Quando há indícios de perdas, é necessária a realização de testes de redução no valor recuperável (“*impairment*”) destas coligadas. As principais premissas dos modelos de avaliação econômica utilizados são: (i) o fluxo de caixa projetado da coligada, com base no histórico de operações de cada uma delas; (ii) o fluxo de caixa de dividendos projetado e advindos da coligada, com base no histórico de operações de cada uma delas; (iii) outros eventos macroeconômicos que possam ter impacto nos modelos de negócio; e (iv) o plano de negócio da companhia para os anos subsequentes.

Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura para fins de avaliação do valor recuperável desses investimentos, realizado por meio de modelos de avaliação econômica, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos trabalhos efetuamos, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- Pesquisamos dados de mercado das coligadas que servem de insumo para análises qualitativas e que podem sugerir perdas no valor recuperável das coligadas.
- A Companhia prepara avaliação de valor recuperável sempre que, em seu julgamento, houver indicativo de perda em determinado investimento. Preparamos

avaliações semelhantes, de forma independente, e caso nosso julgamento apontasse evidência de perda significativa no valor patrimonial, solicitamos a Companhia que nos apresentasse seus estudos de valor recuperável, assim como os julgamentos exercidos quanto as evidências qualitativas.

- Envolvermos nossos especialistas em modelagem econômico-financeira para analisar os estudos de valor recuperável preparados pela Companhia. Os principais procedimentos estão relacionados a verificação da razoabilidade dos modelos matemáticos, dentro de padrões de mercado aceitos, e, análise das projeções de fluxos de caixa e a capacidade de execução dos planos de negócios de cada coligada, sob os quais as avaliações econômico-financeiras foram estruturadas.
- Comparamos o valor recuperável das principais coligadas com o seu respectivo valor contábil do investimento, e, para os casos em que o valor recuperável era inferior, confirmarmos se o reconhecimento da perda ao valor recuperável (impairment) foi efetuado nos registros contábeis de forma apropriada.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2015 e as demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 31 de março de 2016, contendo ressalva relacionada à investigação em andamento na investida indireta Norte Energia S.A. Os valores correspondentes relativos às demonstrações do valor adicionado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, a opinião desses auditores sobre a DVA continham a mesma modificação em relação à investigação em andamento na investida indireta Norte Energia S.A..

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não

uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos

responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 13 de abril de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRC MG-058176/O-0